

HISTÓRIAS EM MOVIMENTO: uma historiografia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

*Clifford Andrew Welch*¹

Como muitos políticos, o ex-presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva se identificava com os cidadãos ao se vestir como eles. Ele parecia ter prazer em vestir um cocar indígena ou se espremer em um capacete. Essas imagens se encaixam na mensagem populista desse homem notável, um homem que saiu da pobreza rural para se tornar líder do movimento sindical que desafiou a ditadura militar e ajudou a restaurar a democracia no Brasil. Mas em julho de 2003, quando Lula vestiu o boné vermelho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST em sua cabeça, o inferno começou. As edições subsequentes de quase todos os veículos de notícias do país apresentaram críticas alarmadas a esse ato fatídico. Palavras como “rebelde”, “revolucionário” e “irresponsável” caracterizaram a reação, com dezenas de repórteres enviados a campo para documentar os perigos que o MST representava para o país. A polêmica atingiu os Estados Unidos, onde as preocupações em Wall Street e em Washington ameaçavam minar a frágil classificação de crédito e *ranking* internacional do Brasil. Em 2004, o governo havia refinado cuidadosamente a maioria das críticas, apoiando o direito do MST de mobilizar e pressionar o governo enquanto, simultaneamente, investia em um esquema conflitante de desenvolvimento do agro-negócio.

O que é o MST? Contrastando com a imagem projetada pela imprensa brasileira, a maioria dos estudiosos o descreve como um movimento social institucionalizado de significado sem precedentes para o Brasil e o mundo, que não representa uma ameaça imediata para a sociedade. O popular historiador Eric Hobsbawm, outrora viajante frequente ao Brasil, validou o MST como “o movimento social mais ambicioso da América Latina

¹O capítulo é uma versão revisada, atualizada e traduzida do seguinte artigo: Welch, Cliff. "Movement Histories: A Preliminary Historiography of Brazil's Landless Laborers' Movement (MST)." *Latin American Research Review*. v. 41, n. 1, p. 198-210, 2008. Professor Associado de História, Universidade Federal de São Paulo. <cawelch@unifesp.br>

contemporânea”². Já o renomado jornalista Studs Terkel descreveu o MST como “cerca de um milhão de pessoas comuns lutando pelo direito de viver uma vida comum”³. Fundado em 1984, o MST luta por uma reforma agrária radical; isto é, intervenção estatal para reverter tendências históricas de concentração de terras, distribuição de boas terras agrícolas para trabalhadores necessitados e realocação de recursos para apoiar a agricultura familiar e cooperativa como fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais forte, mais democrática e justa.

Hoje, o MST possui uma adesão de quase 400.000 famílias – pelo menos 1,5 milhão de pessoas – e está presente em todos os estados brasileiros e mais de 700 dos 5.570 municípios do país. O MST mantém cerca de 100 cooperativas agrícolas nas áreas de produção, comercialização, crédito e assistência técnica. Forma grande parte de seus próprios técnicos, militantes e dirigentes. Conseguiu redirecionar fundos do governo para apoiá-la na administração de mais de 2.000 escolas públicas de ensino fundamental com mais de 200.000 alunos, no ensino de alfabetização básica para jovens e idosos assentados e com 2.000 alunos em cursos pós-secundários⁴. Em cerca de 40 anos, o MST se tornou uma organização vasta e variada, com planos de crescimento e diversificação.

Diversos analistas estrangeiros e nacionais vêm acompanhando o desenvolvimento do MST desde seus primeiros dias. Com variações metodológicas significativas, cada um dos livros consultados contribui para a história institucional do MST. Um dos primeiros livros a historicizar o MST é baseado em uma conversa de 1998 entre o coordenador nacional e fundador do MST, João Pedro Stédile, e o consultor do MST e geógrafo Bernardo Mançano Fernandes⁵. A dissertação de doutorado de Fernandes, publicada em 2000, é outro a fazer o mesmo⁶. Um ano depois, o próprio MST publicou uma história ilustrada, com textos, fotografias, gráficos, entre outros, *A luta*

² HOBBSAWM, Eric. In: BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Cutting the Wire**: The Story of the Landless Movement in Brazil. London: Latin American Bureau, 2002, contracapa.

³ WRIGHT, Angus; WOLFORD, Wendy. **To Inherit the Earth**: The Landless Movement and the Struggle for a New Brazil (Oakland, CA: Food First Books, 2003), contracapa.

⁴ MST. **Quem somos**. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

⁵ STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

⁶ FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil** (Petrópolis: Editora Vozes, 2000).

pela terra e o MST de Mitsue Morissawa⁷. Em 2002, Marta Harnecker, uma acadêmica e ativista chilena residente em Cuba, completou o primeiro estudo analítico do movimento em espanhol, e, em inglês, os jornalistas Sue Branford e Jan Rocha publicaram um relato narrativo da história do MST⁸. Em 2003, o historiador Angus Wright e a geógrafa Wendy Wolford se uniram para produzir uma história inovadora organizada em torno de temas como gênero e meio ambiente⁹. Em 2010, Miguel Carter organizou uma coleção original de artigos sobre o MST¹⁰. Procuramos incluir também algumas das diversas monografias sobre o MST publicadas neste século, cada uma com sua visão sobre os chamados antecedentes históricos do MST¹¹.

O ensaio segue uma abordagem cronológica para avaliar as múltiplas interpretações históricas fornecidas por esses estudos. Ou seja, anota na ordem o que cada um contribui para o nosso conhecimento sobre as origens, fundação, consolidação, organização e perspectivas do MST. Quase todos os autores historicizam o MST ao iniciar seus livros com um ou dois capítulos que pretendem documentar as raízes do movimento. Os capítulos subsequentes comentam a formação e consolidação do MST em escala nacional. Os capítulos restantes analisam as principais características do MST, como a prática de ocupação da terra, programas educacionais e estratégias de produção após a aquisição da terra. Os capítulos finais geralmente avaliam o movimento e comentam sobre suas perspectivas.

⁷ MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001).

⁸ HARNECKER, Marta. **Sin tierra: construyendo movimiento social**. Madrid: Siglo XXI, 2002; e BRANFORD; ROCHA, **Cutting the Wire**.

⁹ WRIGHT; WOLFORD. **To Inherit the Earth**.

¹⁰ CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

¹¹ FANELLI, Luca. **La scelta della terra: studio di un insediamento rurale del Movimento Sem Terra in Brasile** (Torino: Silvio Zamorani Editore, 2002); ONDETTI, Gabriel. **Land, Protest and Politics: The Landless Movement and the Struggle for Agrarian Reform in Brazil**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2008; WOLFORD, Wendy. **This Land is Ours Now: Social Mobilization and the Meanings of Land in Brazil**. DURHAM, NC: Duke University Press, 2010; MÉSZÁROS, George. **Social Movements, Law and The Politics of Land Reform: lessons from Brazil**. New York: Routledge, 2013; VERGARA-CAMUS, Leandro. **Land and Freedom: The MST, the Zapatistas and Peasant Alternatives to Neoliberalism**. London: Zed Books, 2014; SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão social e a utopia: um estudo sobre os assentados rurais**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2016 e PAHNKE, Anthony. **Brazil's Long Revolution: Radical Achievements of the Landless Workers Movement**. Tucson: The University of Arizona Press, 2018.

Origens

Cada um dos livros descreve o estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, como o berço do MST. Uma narrativa comum liga a ascensão do MST a mudanças dramáticas no setor primário, iniciadas pelas políticas agrícolas do regime militar que assumiu o poder em 1964. Comprometidos com o desenvolvimento nacional, os militares buscaram “modernizar” a produção agrícola. O Rio Grande do Sul foi um importante cenário para a introdução da produção mecanizada de soja. As estruturas de crédito e o clientelismo levaram à concentração de terras, forçando milhares de agricultores de pequenas e médias unidades de produção a abandonar a terra para dar lugar à soja e outras culturas de exportação. Os agricultores deslocados tinham três alternativas: viver nas cidades, em busca de trabalho em um mercado saturado; imigração para o Paraguai; ou migração para projetos de colonização subsidiados destinados a desenvolver áreas de fronteira nas regiões centro-oeste ou norte do Brasil, especialmente a pouco povoada bacia amazônica. Os gaúchos tentaram todas as estratégias, mas as cartas estavam contra eles.

O que muitos queriam mesmo era terra para plantar no Rio Grande do Sul. Inúmeras famílias, incentivadas pelos militares, invadiram a reserva indígena Nonoaí dos Kaingang, mas foram expulsas em decorrência de conflitos. Tentando decidir seu próximo passo, algumas famílias seguiram o conselho de Stédile – um economista, então trabalhando em um sindicato rural. Se organizaram e ocuparam uma fazenda improdutiva chamada Fazenda Macali. Essa ocupação de 1979 resultou na desapropriação da terra, incentivando várias ocupações de terras similares e manifestações públicas de trabalhadores sem-terra e simpatizantes entre 1980 e 1982.

Embora os livros ponham em consonância as condições estruturais e o contexto regional para o nascimento do MST, diferem na atenção dada às suas raízes nos movimentos sociais rurais históricos. Fernandes aborda a questão das raízes com o argumento mais radical. Ele diz que o MST deve ser visto como uma “luta histórica” no contexto de cinco séculos de uma “busca contínua da conquista da terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa” para e por trabalhadores rurais¹². Assim, *A formação do MST no Brasil* começa com um capítulo sobre as lutas rurais que o autor acredita ter contribuído para a eventual formação de um

¹² FERNANDES. *A formação do MST*, p. 25.

campesinato autoconsciente no Brasil. O sentido de continuidade expresso por Fernandes reaparece em Morissawa e Harnecker. Morissawa usa imagens e texto para argumentar que o MST é algo do mais alto estágio da luta camponesa contra o pano de fundo de uma longa e contínua história de resistência de escravos, índios e camponeses liderados por chefes, caciques e Messias bravos. Harnecker afirma que o MST “herdou uma longa luta pela terra” desde os primórdios da colonização portuguesa¹³.

Essa continuidade não é corroborada por todos os outros autores. Cada um menciona um ou outro dos movimentos descritos por Fernandes, mas estes são colocados explicitamente como “tradições inventadas”, heranças culturais regionais intencionalmente reavivadas como tal pelos militantes do MST para ajudar a organizar os trabalhadores sem-terra¹⁴. Por exemplo, Branford e Rocha descrevem como a organização do MST avançou lentamente no estado de Alagoas, “trabalhando dentro das tradições culturais do povo”¹⁵. Foi sensato, relatam as autoras, estimular a militância entre os sem-terra organizando uma peregrinação às ruínas de Palmares, cenário do século 17 da mais famosa comunidade de escravos em fuga do Brasil, que foi por um tempo liderada por um guerreiro chamado Zumbi. “As famílias homenagearam Zumbi, prometendo continuar sua luta”, escrevem os autores¹⁶. Wright e Wolford referem-se à história da resistência em uma seção de seis páginas do capítulo dois. Para eles, também, as lutas históricas têm sido utilizadas pelos militantes do MST para “contextualizar a luta contemporânea pela terra”¹⁷. Os militantes lembram a luta de Zumbi, eles argumentam, em parte para projetar uma imagem antirracista para ajudar a construir a união entre a população racialmente diversa do Brasil.

Stédile refere-se à lista de conflitos avaliada por Fernandes no contexto de uma discussão sobre referenciais históricos e teóricos para o MST. A educação camponesa tem mais sucesso, diz ele, quando são usados exemplos, em vez de teorias. Os detalhes das lutas históricas influenciaram a construção ideológica do movimento e de seus militantes, diz Stédile. Ele nega a maioria das conexões diretas ou explícitas, no entanto. Mesmo no caso do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que atuou no Rio

¹³ HARNECKER, *Sin-tierra*, p. 11.

¹⁴ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

¹⁵ BRANFORD; Rocha. **Cutting the Wire**, p. 43.

¹⁶ BRANFORD; Rocha. **Cutting the Wire**, p. 43.

¹⁷ WRIGHT; Wolford. **To Inherit the Earth**, p. 124.

Grande do Sul aproximadamente entre 1960 e 1964, Stédile prioriza a mudança e não a continuidade. “O MST... não tem muito a ver com a memória histórica do Master”, diz ele¹⁸. Em vez de ver esses outros movimentos como raízes do MST, ele os vê como exemplos de lutas relacionadas a serem examinadas para lições.

Stédile argumenta que as raízes específicas do MST se encontram nas igrejas Católica e Luterana, que juntas formaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. Nesse ponto, todos os autores concordam. Dedicada a aplicar a teologia da libertação aos problemas da população pobre rural, a CPT uniu padres pastores e leigos que trabalhavam em todo o país na questão do acesso e controle da terra. Muitas dessas pessoas foram fortes defensoras e partidárias constantes do MST desde o seu início.

Em sua monografia, a geógrafa Wendy Wolford faz questão de associar as histórias de origem do MST a indivíduos em lugares específicos. O livro centra-se no contraste das experiências do MST em dois assentamentos de reforma agrária, um em Pernambuco e outro em Santa Catarina. Wolford usa o cenário do sul do Brasil para caracterizar as tradições inventadas para apoiar a ideologia do MST. Muitos sulistas, diz Wolford, “ingressaram no MST porque precisavam de novas terras para manter a produção e a reprodução familiar”¹⁹. Também o fizeram porque estavam culturalmente “enraizados em fortes comunidades étnicas que valorizavam a produção agrícola”²⁰. Famílias extensas inteiras aderiram ao movimento. Ocupar terras para forçar o governo a criar um assentamento de reforma agrária logo se tornou uma tática básica do MST, em parte porque “‘ocupar’ era um método de colonização legitimado por gerações anteriores [desses fazendeiros do sul] que haviam criado casas fora da floresta”²¹. No Nordeste, entretanto, essas tradições não tinham raízes. No assentamento que Wolford estudou, a maioria dos colonos eram ex-cortadores de cana-de-açúcar. Eles resistiram à orientação do MST de plantar banana e criar peixes e, em vez disso, plantaram cana-de-açúcar. Quando a colheita falhou, eles culpavam o movimento e gradualmente abandonaram o assentamento.

Os autores tendem a diferir na ênfase que dão a outra origem do MST frequentemente citada: o movimento sindical rural brasileiro, especialmente o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), iniciado

¹⁸ STÉDILE, Fernandes. **Brava gente**, p. 17.

¹⁹ WOLFORD. **This Land is Ours Now**, p.56.

²⁰ WOLFORD. **This Land is Ours Now**, p.56.

²¹ WOLFORD. **This Land is Ours Now**, p.56-57.

pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) por volta de 1970. Sobre isso, Stédile é inequívoco: “O início da minha militância política foi nos sindicatos. Na época da ditadura militar, era o sindicato que fazia a luta pela reforma agrária”²². Fernandes mostra como alguns sindicatos ofereceram ajuda, sim, enquanto a oposição de outros forçava os sem-terra a formar organizações separadas que mais tarde se juntaram para formar o MST. O sentimento de frustração que alguns militantes tiveram com os sindicatos é enfatizado na interpretação de Wright e Wolford. Os livros de Harnecker e Branford e Rocha documentam, entretanto, que os líderes sindicais rurais constituíam mais de 80% dos delegados que participaram da fundação formal do MST em 1984.

Fundação

Em um estilo narrativo envolvente, Branford e Rocha abrem seu livro com a história do encontro que deu início a organização nacional do movimento dos sem-terra. Em 1982, Stédile e dez outros gaúchos se amontoaram em uma Kombi para se encontrar com cerca de 100 militantes sem-terra de estados vizinhos em uma remota igreja luterana. Muitos eram vítimas dos mesmos processos de deslocamento que os gaúchos sofreram, mas outros foram vítimas dos ambiciosos projetos de desenvolvimento energético da ditadura civil militar que danificaram rios e inundaram enormes zonas agrícolas, obrigando muitos a fugir. Branford e Rocha usam a reunião de 1982 para retratar a natureza semiclandestina do esforço de organização, adicionando uma certa tensão à história. Em seu esforço para ser abrangente, Fernandes discute a própria reunião com mais detalhes e aborda uma série de reuniões organizacionais adicionais realizadas fora do Rio Grande do Sul ao longo dos próximos dois anos. De forma menos rigorosa, Stédile descreve o que extraiu de cada uma das reuniões regionais intermediárias que culminaram com a fundação do MST em Cascavel, Paraná, em 1984. Harnecker, Wright e Wolford desconsideram os encontros anteriores e começam com o encontro de Cascavel.

Em seu prefácio, Harnecker se apresenta como interessada em reconstruir o passado, mas sobre a questão da fundação do MST, seu livro fornece os relatos mais resumidos. Wright e Wolford, por outro lado, inserem um pano de fundo histórico onde parece conveniente para o que seria,

²² STÉDILE; Fernandes. **Brava gente**, p. 29.

em muitos aspectos, um diário de viagem convincente do movimento em três regiões do Brasil, o sul, o nordeste e a Amazônia. Aprendemos com alguns dos outros livros, no entanto, como as várias reuniões contribuíram para a construção de novos relacionamentos regionais e forneceram percepções que, em última análise, se mostraram extremamente importantes para o sucesso e a longevidade do MST. Uma reunião de setembro de 1982 em Goiânia, Goiás, por exemplo, reuniu formalmente os sem-terra e o aparelho da CPT. Entre esse aparato estava o sociólogo brasileiro José de Souza Martins, a quem Stédile credita a inspiração da formação do MST como organização política de massas com presença nacional. (Nas décadas de 1970 e 1980, Martins trabalhou como consultor da CPT enquanto exercia suas funções como um dos professores mais prolíficos da Universidade de São Paulo). O grupo de Goiânia formou um comitê organizador nacional para avaliar a luta pela terra no país, contatar lideranças locais e planejar um encontro nacional.

O encontro de Cascavel com representantes unidos de movimentos de reforma agrária de treze estados produziu alguns mandatos que continuam a nortear o movimento e, como concordam todos os autores, debateu e acertou o nome do MST. Em resposta ao interrogatório de Fernandes, Stédile descreveu as discussões ideológicas que envolveram a decisão de adoção do nome. Incluía tanto um processo de eliminação quanto uma busca profunda por uma identidade que pudesse unir movimentos semelhantes de lugares tão diferentes.

Muitos dos livros descrevem com relativa consistência várias outras decisões cruciais alcançadas na reunião, incluindo uma presença nacional, autonomia de outras organizações, independência de partidos políticos, adesão aberta com ênfase especial em mulheres e famílias, uma estrutura organizacional participativa e democrática e uma perspectiva ideológica revolucionária e anticapitalista. Branford e Rocha conseguiram capturar o momento concluindo que, “Olhando para trás, hoje, é evidente que, se os participantes tivessem tomado uma decisão diferente sobre qualquer uma das questões-chave – e, na época, não estava claro qual era o melhor caminho a seguir em todas as questões – a dinâmica do movimento teria estagnado”²³.

²³ BRANFORD; Rocha. **Cutting the Wire**, p.24.

Consolidação

Em 1984, o regime militar estava em seu último ano e dezenas de reuniões populares em todo o país contribuíram para a organização do primeiro congresso nacional do MST. No início de 1985, cerca de 1.500 representantes de 23 estados participaram do congresso de Curitiba. Além dos agricultores, trabalhadores sem-terra e militantes do MST, os congressistas também vieram de organizações civis como a Ordem dos Advogados do Brasil, o movimento negro e o emergente novo sindicalismo, representado pela Central Única dos Trabalhadores. Com a presença do presidente do PT, Lula, o congresso sinalizou o amplo alcance do MST e o peso que seria dado à construção de alianças. Também participaram representantes de movimentos camponeses de outros países da América Latina, renunciando a projeção global que o MST perseguiria nos anos 1990. Fernandes dá atenção detalhada ao evento, que também é destacado por Stédile, Branford e Rocha, e Harnecker. Wright e Wolford, preferindo uma abordagem de base, apenas mencionam de passagem o congresso.

Com efeito, a história do MST não se reduz a reuniões, mas esses primeiros encontros merecem atenção especial porque estabeleceram a estrutura básica e os princípios norteadores do movimento. Em *Brava Gente*, Stédile mostra perspicaz sobre a lógica interna das reuniões, pelo menos do ponto de vista do autor. O livro de Fernandes é útil porque inclui listas de participantes e grandes segmentos das plataformas de conclusão. Branford e Rocha fornecem um resumo vívido das reuniões como eventos e momentos decisivos. No caso do congresso, recorrem ao livro de Stédile em busca de várias ideias, sendo a principal delas a preocupação dos organizadores em desenvolver uma abordagem de ação direta para a reforma agrária e não se tornarem dependentes do novo governo civil, apesar da pressão de alguns aliados para simplesmente apoiar o governo e seguir sua liderança. Essa foi uma decisão crucial, enfatiza Harnecker, já que o novo presidente logo revelou sua oposição, trabalhando nos bastidores para destruir o plano nacional de reforma agrária de seu governo. Antecipando problemas, os delegados do primeiro congresso cunharam a frase “sem reforma agrária não há democracia”, como relata Fernandes²⁴.

Fernandes usa os congressos nacionais como periodização, organizando seus capítulos em blocos de cinco anos. Esta é mais uma

²⁴ FERNANDES. *A formação do MST*, p. 90.

demonstração de que seu relato permanece leal ao movimento. Embora o livro inclua análise e aplique a disciplina de geografia de maneiras inovadoras, ele chega perto de ser uma publicação do MST. Para escrever sobre a consolidação do MST nos anos que se seguiram a cada congresso, Fernandes contou com três importantes fontes primárias. Uma é história oral. Ele viajou a quase todas as sedes estaduais do MST para entrevistar militantes do movimento e estruturou seus capítulos em torno de breves relatórios de cada estado ou região. Assim, ele era um observador ocular da situação do movimento no final dos anos 1990. A terceira fonte primeira está encontrada nos manifestos de cada congresso. Os congressos estabeleceram uma “palavra de ordem” – em 1990 era “ocupar, resistir e produzir”; em 1995, era “reforma agrária, uma luta de todos” – e Fernandes conta o que militantes lhe contaram sobre a implementação dessas ordens.

A palavra de ordem emanada do primeiro congresso do MST que teve mais ressonância para a consolidação do movimento foi: “ocupação é a única solução”. A frase confirmou a falta de confiança dos participantes no apoio do governo à reforma agrária. Também destacou a abordagem de ação direta que unia os movimentos díspares em Curitiba. Através da ocupação de terras improdutivas, a família *sem-terra* poderia se tornar uma família *com-terra*. Embora isso seja óbvio, os autores relatam como a ocupação de terras tornou-se significativa para o movimento também de outras maneiras. Em circunstâncias ideais, o processo de construção do movimento começou com reuniões de conscientização com os pobres sobre a injustiça da sociedade brasileira e o papel da concentração de terras na solidificação da desigualdade. Os organizadores introduziram a ocupação da terra como um ato coletivo que poderia começar a resolver esses problemas, como uma ação que constrói solidariedade e contribui para uma identidade *sem-terra* entre os participantes. Ironicamente, enquanto o objetivo do MST era a distribuição de terras, os líderes queriam que os membros preservassem uma identidade *sem-terra* até que a reforma agrária se exaurisse como uma solução para a profunda miséria dos brasileiros. De fato, a maioria dos assentados não se tornaram proprietários e sim possuidores de um contrato de concessão de uso permanente da terra. A terra continuou como propriedade do estado onde esteve localizado.

Harnecker dedicou seu segundo capítulo à ocupação de terras, resumindo um procedimento de sete etapas que leva a uma ocupação bem-sucedida. Para ela, a ocupação é como uma greve, uma forma de pressionar para negociar a distribuição de terras. Em *Brava Gente*, Stédile explica

como as ocupações foram significativas para o nascimento e a existência do MST. Wright e Wolford também apontam para a centralidade da ocupação para o MST, fornecendo um contexto jurídico comparativo para eles. Isso parece ter o objetivo de convencer estudantes de graduação céticos, perplexos com os argumentos da economia moral, de que as ocupações no MST são uma forma legítima de protesto. “The Occupation” é o título do quarto capítulo de Branford e Rocha. Elas apresentam várias histórias pessoais sobre o poder transformador das ocupações ao escrever que “para o MST o ato de ocupação de terras... é o pilar de seu movimento”²⁵. O processo de ocupação de terras inspira o livro de Fernandes. A ocupação é fundamental para o conceito de “socioterritorialização” que utiliza para analisar a consolidação nacional do MST. Em seu livro *Social Movements, Law and The Politics of Land Reform*, o estudioso do direito George Mészáros enfatiza a importância das ocupações, que descreve como atos “extrajudiciais”, para pressionar o sistema judiciário a lidar com o mandato constitucional de implementação da reforma agrária.

Para Ondetti, cientista político, 1985 marcou o início de um período de crescimento e consolidação do movimento. Como o MST foi apenas um dos muitos movimentos sociais que se formaram à sombra da ditadura, Ondetti procura explicar sua persistência quando tantos outros grupos se dispersaram. Sua durabilidade não é explicada por decisões relacionadas ao seu relacionamento com outros grupos, como aquelas fortemente ponderadas por Branford e Rocha (2002). Ondetti também não dá crédito às ordens dos congressos pela longevidade do MST. Ondetti associa o sucesso da consolidação do MST a causas estruturais. Para explicar isso, Ondetti debruça-se sobre uma leitura inovadora da teoria da ação coletiva de Mansur Olson de 1965. De acordo com Olson, e em contraste com a teoria da luta de classes de Marx, é irracional e não natural que pessoas com interesses comuns se unam em uma causa comum. A maioria vê pouco benefício na ação coletiva, uma vez que o “bem público” que pode resultar disso, como por exemplo a redução de horas de uma jornada de trabalho, estará disponível para todos, quer tenham se mobilizado ou não. Assim, a maioria das pessoas não participa ativamente, mas “pega carona”, argumenta Olson²⁶.

Ondetti inverte a lógica de Olson para argumentar que o MST prosperou no período pós-ditadura lutando por bens privados e não públicos.

²⁵ BRANFORD; Rocha. **Cutting the Wire**, p.65.

²⁶ OLSON, Mansur. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge: Cambridge University Press, 1965, p. 2

Para aqueles que seguem o movimento dos sem-terra, o argumento de Ondetti chega como um *insight* provocador. Por um lado, o MST defende a reforma agrária como um bem público. Por meio da reforma agrária, a concentração de terras será reduzida, permitindo aos brasileiros finalmente eradicar o poder concentrado e abrir o campo para a verdadeira democracia. Libertados da opressão de grandes proprietários de terras e monopolistas gananciosos, especulam os teóricos do movimento, os brasileiros apoiarão naturalmente o socialismo. Mas, como Ondetti observa, sucessivos governos civis interpretaram a reforma agrária não como um benefício público, mas como um benefício privado ou esmola. A terra é distribuída para aqueles que lutam por ela por meio de ocupações e eles podem negociar o uso da terra em seus lotes como se fossem de fato *rentistas*. Assim, argumenta Ondetti, o que manteve o movimento vivo no período pós-ditadura não foi seu caráter coletivista, mas individualista. As pessoas se tornam militantes públicos para estabelecer sítios privados.

Independentemente da abordagem, os livros concordam que o movimento realmente decolou em 1996, mais de dez anos após sua fundação. No dia 17 de abril, na região de Eldorado dos Carajás, no estado amazônico do Pará, a Polícia Militar assassinou 19 militantes. Stédile chamou o massacre de uma das “maneiras [...] involuntárias” que atraiu o apoio público ao movimento e obrigou o governo a dar maior prioridade à reforma agrária²⁷. Os gráficos de barras reproduzidos por Fernandes a partir de fontes da CPT mostram como o número de ocupações e famílias envolvidas mais do que duplicou neste contexto, saltando de 146 ocupações em 1995 para 398 em 1996, envolvendo um aumento de 30.476 para 62.880 famílias participantes. Wright e Wolford contextualizam o evento e comentam a ironia de como milhares de assassinatos anteriores de militantes “nunca conseguiram despertar seriamente a consciência nacional como El Dorado dos Carajás”²⁸. Assim como os autores de *To Inherit the Earth*, Branford e Rocha dedicam um capítulo às lutas na Amazônia e usam o massacre como ponto de partida, oferecendo o relato mais detalhado do próprio evento, suas consequências e implicações. As pesquisas realizadas após o massacre mostraram um crescente apoio público à reforma agrária e classificaram o MST como a quinta instituição mais conceituada do país²⁹.

²⁷ STÉDILE, Fernandes. **Brava gente**, p. 143.

²⁸ WRIGHT, Wolford. **To Inherit the Earth**, p. 209.

²⁹ COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST da luta pela terra na década neoliberal. **Idéias**. v.9, n. 1, p. 49-104, 2002.

Organização

A popularidade do MST atingiu o pico em 1997 com uma marcha de protesto pelo país que trouxe milhares de pessoas a Brasília no aniversário do massacre de Carajás. Mas esse aparente sucesso inspirou uma reação negativa por parte das classes proprietárias de terras e do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme narram os livros, os proprietários de terras organizaram grupos armados para defender seus supostos direitos de propriedade, enquanto o governo buscava isolar o MST com uma estratégia ágil de divisão e dominação. Por um lado, o governo promoveu agressivamente projetos de distribuição e assentamento de terras com uma série de grupos, isolando o MST e criminalizando a tática de ocupação de terras. Aos olhos do *mainstream*, o governo Cardoso redistribuiu mais terras e assentou mais famílias do que qualquer outro na história³⁰. Para militantes e simpatizantes do MST, no entanto, o final dos anos 1990 trouxe pouco mais do que tempos difíceis. Os autores estão divididos em suas explicações de como e por que o MST sobreviveu a esse período, mas unidos em enfatizar a agilidade organizacional única do movimento.

Raro é o “movimento” que dura décadas, como fez o MST. Os movimentos vêm e vão, mas não, ao que parece, o MST. Stédile comenta que a durabilidade organizacional pode ser a “grande contribuição histórica” do MST³¹. O segredo para Stédile tem sido a capacidade do MST de equilibrar a prática do movimento de massa com uma estrutura organizacional flexível e apartidária, um movimento institucionalizado, ao mesmo tempo político e apolítico. Ele avisa companheiros de viagem: “Vocês não têm futuro se não aplicarem princípios organizativos”³². Esses princípios envolvem a devolução de poder a inúmeros coletivos existentes em “instâncias” local, regional, estadual e nacional, como Fernandes relata em detalhes³³. Com títulos flutuantes, o MST está inundado de “secretarias”, “setores”, “coletivos” e “frentes” de produção, comunicação, educação, gênero, saúde, relações internacionais e assim por diante. As reuniões periódicas nacionais e estaduais auxiliam na coordenação das atividades desses órgãos. A história mostra que a estrutura funciona e que seu caráter impessoal e descentralizado tem

³⁰ MARTINS, José de Souza. 2003. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, v.15, n. 2, p. 141-175, nov., 2003.

³¹ STÉDILE; Fernandes. **Brava gente**, p. 81.

³² STÉDILE; Fernandes. **Brava gente**, p. 82.

³³ FERNANDES. **A formação do MST**, p. 245-256.

ajudado o movimento a enfrentar enormes desafios, desde o assassinato de importantes militantes até a perseguição pelo governo.

Harnecker dedica a maior parte de seu livro a questões organizacionais. Lendo sua admirável análise da dedicação do MST à liderança coletiva, democracia participativa e autonomia financeira, devemos nos perguntar se ela estava pensando na Cuba de Castro, no Chile de Allende ou em ambos, enquanto escrevia *Sin Tierra*. Fernandes mapeia a disseminação dos assentamentos vinculados ao MST como forma de demonstrar a formação e consolidação nacional do movimento em contraposição acerca de outros 70 grupos organizados na década de 1990. Branford e Rocha incluem um capítulo sobre os assentamentos e outros sobre os projetos de educação e produção verde do movimento.

Wright e Wolford, em contraste, usam os assentamentos que visitaram como ponto de partida para suas análises do MST. Com uma abordagem de estudo de caso, *La scelta della terra*, de Luca Fanelli examina um único assentamento no Paraná para avaliar a experiência fascinante e, em última análise, problemática do movimento com a coletivização, *al modelo cubano*. De ambos os livros, obtém-se uma noção maravilhosa de lugar, uma noção de terra e seu valor para os camponeses. No assentamento Palmares II, na Amazônia, Wright e Wolford encontram vários ocupantes, contam suas experiências e fazem observações. “Todos com quem falamos, mesmo aqueles que estavam infelizes de alguma forma, concordaram que produzir comida suficiente para a família era fácil”, relatam³⁴. O MST deu grande ênfase à organização do assentamento e ajudou a melhorar a qualidade de vida e a produtividade, mas alguns rejeitaram as pressões do movimento para viver em vilas – onde os teóricos do movimento argumentaram que a consciência de classe poderia ser mantida viva – em vez de espalhar-se por seus lotes individuais, onde muitos realmente preferiam viver. Fanelli documenta a tensão entre ideais coletivistas e desejos individuais em seu relato detalhado do assentamento Santa Maria em Paracity. A abordagem coletivista da produção, que enfatizava a participação igualitária e a obtenção de lucros, não agradava à maioria dos camponeses e, portanto, foi abandonada como modelo nacional. A resistência camponesa dentro do movimento ensinou aos coordenadores nacionais que “as formas [de produção] não podem ser rígidas, devem ser variáveis”, escreve Stédile. E con-

³⁴ WRIGHT; Wolford. *To Inherit the Earth*, p. 244.

tinua, “Aprendemos que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis”³⁵.

O livro de Davi Felix Schreiner (2016), chega a conclusões similares. Com base em sua tese de doutorado, Schreiner elabora um estudo de caso comparativo que examina de perto o cotidiano dos camponeses paranaenses, focando em famílias de dois assentamentos do MST e centenas de outras famílias deslocadas por um projeto hidrelétrico e reassentadas de forma descentralizada em vários municípios. Enquanto o uso cooperativo da terra e o trabalho eram pregados pelos líderes do MST como uma forma utópica de organização, a maioria dos assentados preferia cuidar de lotes individuais. Schreiner descobriu que a pressão usada para estimular a participação no modelo de coletivização saiu pela culatra por alienar assentados não conformistas. Ironicamente, a cooperação forçada contradiz os ideais democráticos e entra em conflito com a capacidade da maioria de buscar livremente seus objetivos³⁶.

Mészáros lembra brevemente aos leitores as características únicas da questão agrária brasileira. Por um lado, uma longa tradição histórica de concentração de terras que consolidou o poder de um grupo relativamente pequeno de proprietários, industriais e financistas – os *ruralistas* – que exercem enorme influência. Por outro lado, uma história de militância entre camponeses, trabalhadores, soldados, intelectuais, nacionalistas e padres conseguiu elevar as leis de reforma agrária, de modo que a constituição federal de 1988 incluiu artigos que especificam a responsabilidade do governo de implementar a reforma agrária. Eles obrigam o Estado-nação a desapropriar terras para fins de reforma agrária (ou seja, redistribuir terras aos sem-terra) se essas propriedades forem consideradas deficientes em termos de “função social” e “produtividade”, condições que a constituição define de acordo com critérios específicos. Obviamente, cada palavra, frase e pontuação estão abertas a interpretação. Em seu livro, Mészáros analisa o conflito em torno dessas interpretações, do campo ao tribunal.

Em cinco capítulos sucintos, Mészáros tira “lições do Brasil” sobre a possível influência das lutas dos trabalhadores na jurisprudência e vice-versa. Longe do “construcionismo estrito” dos reacionários, que acreditam que os juízes devem buscar aplicar a lei de maneiras que respeitem a “intenção original” dos legisladores, e diferente dos anarquistas, que veem a lei como

³⁵ STÉDILE; Fernandes. *Brava gente*, p. 100-101.

³⁶ SCHREINER, Davi. F. *Entre a exclusão social e a utopia: um estudo sobre os assentados rurais*. Curitiba: CRV, 2016.

um baluarte do status quo, Mészáros enfatiza “os processos e ligações entre política, lei e sociedade, em vez da operação de qualquer” fator único na análise de como um poderoso movimento social passou a usar táticas não violentas e as regras existentes para mudar uma nação. Ele observa como o MST se tornou “politicamente restrito” (p. 20) após não conseguir atingir seu objetivo de reforma agrária redistributiva durante mais de um quarto de século de luta e questiona o que a “relação do MST com as instituições e processos jurídicos” (p. 21) pode revelar sobre este resultado³⁷.

Embora ele enfatize a importância de “fatores extrajudiciais” – “mais notavelmente personificados por poderosos interesses fundiários”³⁸ – para travar o avanço da reforma agrária, o progresso que foi alcançado deve seu sucesso a ocupações de terra “chocantes” e a ações extrajudiciais promovidas pelo MST. Destaca-se a partir do estudo a percepção da organização sobre a importância do direito na legitimação da mudança transformadora, no avanço dessa mudança. Se todas as terras improdutivas e socialmente disfuncionais, privadas ou públicas, fossem realmente desapropriadas e distribuídas aos sem-terra, o Brasil seria um país radicalmente diferente, alguns passos no caminho para o socialismo, como os militantes do MST o imaginam. O fato de esses termos estarem embutidos na constituição federal realmente levanta a questão de como e quando a lei será implementada, um salto em relação ao passado recente, quando a reforma agrária era vista como um complô soviético para rebaixar o capitalismo ou um eufemismo para modernização conservadora. Esta última forma, prevalente em todas as Américas desde pelo menos a Revolução Cubana, favoreceu o desenvolvimento e uso de insumos tecnológicos pelos grandes fazendeiros e latifundiários existentes, estimulando a concentração de terras, o despejo de camponeses e a remoção forçada de populações indígenas.

Apesar dos altos e baixos da luta pela terra, Mészáros relata que a luta extrajudicial pela terra produziu uma “contra-corrente ao conservadorismo judicial” no Brasil³⁹. Ele registrou inúmeras respostas favoráveis ao ativismo judiciário, provocadas pela luta para implementar o conteúdo do direito constitucional, mesmo que isso significasse rejeitar uma interpretação mais literal da letra da lei. A mobilização dos sem-terra para a ocupação de uma grande propriedade pode ser vista como um ato criminoso ou de desobediência civil que chama a atenção para formas muito piores de práti-

³⁷ MÉSZÁROS. *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform*, p.4, 20-21.

³⁸ MÉSZÁROS. *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform*, p. 179.

³⁹ MÉSZÁROS. *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform*, p. 185.

cas ilegais, como a falsificação de títulos de propriedade por parte dos ruralistas, destruição do meio ambiente ou o ato de forçar homens e mulheres a trabalhar contra vontade em situações análogas à escravidão. Apesar da crescente aceitação de opiniões mais contextualizadas e menos técnicas entre o judiciário, Mészáros expressa pouca confiança na vontade do estabelecimento legal de conduzir a política de reforma agrária, vendo-a como reativa em vez de proativa. Assim, ele dá “mais importância ao significado da pressão dos movimentos sociais como fonte de mudança legal”⁴⁰. Aí reside a importância da longevidade organizacional do MST.

Perspectivas

Talvez a questão mais importante que os autores avaliam seja, se o MST tem conseguido fazer da reforma agrária a questão política, até mesmo revolucionária, que muitos pensam que deve ser para que transformação radical aconteça. Os autores questionam se o MST tem potencial para mover a questão de uma dimensão social (reforma agrária como uma forma de melhorar, mas não acabar com a pobreza) para uma dimensão política (reforma agrária como um caminho para socialismo). A importante distinção entre reforma agrária como um problema social ou político foi examinada sistematicamente pelo sociólogo Martins⁴¹. Ele elogiou o MST não como uma organização revolucionária, mas como “o mais consequente de modernização e ressocialização das populações do campo que já houve na história do Brasil”⁴². Em outras palavras, ajuda a resolver o problema social de uma parcela da enorme população marginalizada do Brasil, ajudando sua integração à sociedade capitalista. Os primeiros historiadores do MST discordam dessa questão, alguns apoiando Martins, outros endossando a autoimagem revolucionária da organização.

Como fundador e porta-voz mais durável do movimento, Stédile oferece uma espécie de avaliação oficial. Respondendo a uma série de perguntas de Fernandes, Stédile diverge de Martins em vários pontos cruciais

⁴⁰ MÉSZÁROS. **Social Movements, Law and the Politics of Land Reform**, p. 187.

⁴¹ MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989; *A questão agrária e o papel do MST*. In: **A reforma agrária e a luta do MST**, organizadores Stédile, João Pedro; Frei Sérgio, 11-76. Petrópolis : Editora Vozes, 1997; **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**, 2. ed.. São Paulo: Editora Hucitec, 1999; **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

⁴² MARTINS, **A questão agrária e o papel do MST**, p. 59-60.

sem usar a palavra “revolucionário” ou denunciar o capitalismo. O MST apoia a reforma no sentido social, diz Stédile, mas a vê apenas como a mais básica das etapas de um processo transformativo mais amplo. O objetivo estratégico do MST é acabar com os problemas estruturais rurais que contribuem para a pobreza e a desigualdade social. Para isso, o primeiro passo é desmembrar grandes propriedades e redistribuir suas terras “entre todas as famílias sem-terra”, o segundo é facilitar o acesso ao capital e o terceiro, facilitar o acesso à educação⁴³. De uma perspectiva pragmática, isso não pode ser alcançado opondo-se abertamente ao capitalismo e apoiando o socialismo, mas apenas organizando “milhões de pobres do meio rural para que lutem pela solução de seus problemas”. A etapa da distribuição de terras está alinhada com a política social do governo, mas o MST deve lutar para expandir a reforma agrária de modo que os colonos contribuam para “um acúmulo de campos para a continuidade da luta pela reforma agrária mais ampla”⁴⁴. Assim, *Brava Gente* defende o argumento de que o MST tem uma ampla missão política de alterar radicalmente as relações de propriedade e, portanto, as relações sociais no Brasil.

Como defensores, Fernandes e Morissawa oferecem um grito de guerra para leitores que provavelmente não são camponeses nem mediadores externos. O tema resumido para ambos é “a luta contínua”. Esses autores veem o MST não como o último, mas como a forma organizacional mais recente que o campesinato assumiu para resistir à extinção, fim previsto há séculos por pensadores de esquerda, direita e centro. Fernandes reforça o argumento de Martins que caracteriza o movimento como importante meio de integração econômica para a população rural pobre. Mas ele acrescenta a essa hipótese o argumento de que o movimento cria e recria o campesinato no Brasil e que a inserção camponesa na economia capitalista é contra-hegemônica porque o modo de produção camponês é essencialmente não capitalista. A exploração do trabalho da família camponesa e sua maior preocupação com a reprodução da família e da terra familiar afastam o campesinato das leis de mercado esperadas. Não limitados pelos imperativos do mercado, eles são livres para construir comunidades alternativas. Da mesma forma, quando Leandro Vergara-Camus, em seu estudo comparativo do MST e os Zapatistas de México, questiona se o movimento brasileiro efetivamente usa “as contradições dentro do estado capitalista para ocupar espaços institucionais e pressionar por políticas que reforcem as lu-

⁴³ STÉDILE, Fernandes. *Brava gente*, p. 160-162.

⁴⁴ STÉDILE; Fernandes. *Brava gente*, p. 163.

tas populares sem serem cooptadas”, ele descobre que sua “política pragmática cedeu a resultados de curto prazo”⁴⁵. Harnecker compartilha essas avaliações, descrevendo o MST como um movimento de justiça social habilmente elaborado. Ele usa o marxismo para avaliar o capitalismo, enfrentá-lo e construir sistemas sustentáveis de combate à pobreza. A base da nova sociedade não é um grande sonho socialista, escreve Harnecker, mas famílias onde o patriarcado é banido pelo empoderamento das mulheres. Para esses autores, então, o MST não é uma organização reformista ou revolucionária, mas um movimento de resistência.

Uma ênfase na política de transformação pessoal resume bem a avaliação final fornecida por Wright e Wolford. O MST é uma organização pragmática, eles argumentam, e a experiência ensinou militantes a desconfiar de teorias de mudanças rápidas e dramáticas e a endossar um conjunto eclético de ideias que se estendem de Mao a Gandhi e a Chomsky, com referências brasileiras como o educador Paulo Freire. Mas os autores fecham o círculo: nenhuma dessas limitações nas perspectivas revolucionárias da organização a impede de ter um impacto dramático na vida das pessoas. “Apenas fazer essas coisas”, eles escrevem, “coisas que podemos não dar o devido valor (como ter dinheiro para comprar um eletrodoméstico ou um novo par de sapatos), deve ser visto como revolucionário, dado a origem da maioria dessas pessoas”⁴⁶.

Branford e Rocha terminam seu livro colocando o MST em uma perspectiva histórica comparada com os *Diggers* ingleses, pequenos agricultores populistas norte-americanos, revolucionários mexicanos e ligas camponesas italianas. As autoras rejeitam o pessimismo de Martins sobre a capacidade do movimento de buscar mudanças revolucionárias. “A esperança do movimento”, observam, “é criar uma aliança de ‘brasileiros excluídos’, rurais e urbanos, que defendem mudanças radicais”⁴⁷. Em sua conclusão, elas elevam o MST de seu contexto nacional para o contexto internacional do movimento antiglobalização de base ampla, onde veem potencial para uma reversão revolucionária da Revolução Verde, recentemente reenergizada pela engenharia genética e regras comerciais relaxadas. “O MST está

⁴⁵ VERGARA-CAMUS. **Land and Freedom**, p. 220 e 286. Em seu livro sobre as conquistas do MST frente as políticas públicas de educação, Rebecca Tarlau reforça o argumento de Vergara-Camus. Veja TARLAU, R. **Occupying Schools, Occupying Land: How the Landless Workers Movement Transformed Brazilian Education**. Londres: Oxford University Press, 2019.

⁴⁶ WRIGHT; WOLFORD. **To Inherit the Earth**, p. 313.

⁴⁷ BRANFORD; ROCHA. **Cutting the Wire**, p.281.

bem colocado para se juntar a essa revolução global”, escrevem elas. “Como alguns sem-terra estão percebendo, seu futuro não é como comunidades camponesas economicamente inviáveis que vivem em um túnel do tempo, mas como comunidades verdes modernas e sustentáveis”⁴⁸. Elas admitem ser idealistas, mas afirmam acreditar no potencial do MST para se reinventar e desempenhar um papel no realinhamento não só do Brasil, mas também da economia global.

Ironicamente, o livro recentemente organizado pelo Miguel Carter é talvez o mais datado do grupo, pois quase todos os artigos transmitem o tom positivo dos primeiros anos da presidência de Lula. Mas a versão em inglês do livro, publicado em 2015 pela Duke University Press, inclui um epílogo escrito pelo próprio Carter, “Broken Promise: The Land Reform Debacle Under the PT Governments”. Neste capítulo, encontra-se material de referência tão recente quanto 2013 e gráficos de apoio que mostram uma queda acentuada nas famílias assentadas e propriedades desapropriadas desde 2007. Esses números representam visualmente a forma como o PT deu as costas ao seu apoio histórico à reforma agrária radical, diminuindo as possibilidades de mudanças transformadoras.

Ao analisar a relação entre o MST e o estado, Carter enfoca a decisão do PT de se aliar ao agronegócio e minimizar seu compromisso com a reforma agrária. Durante a campanha de 2002, o PT fez alianças para garantir a vitória que o associavam a “transformação do Brasil em uma potência mundial da agricultura e agrocombustível”⁴⁹. Entre 2003 e 2012, o governo do PT concedeu a organizações do agronegócio, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), apoio financeiro 21 vezes maior do que o despendido em “projetos do MST em educação, cooperativas, direitos humanos e saúde”⁵⁰. A reforma agrária foi deixada de lado até desaparecer completamente da terceira campanha bem-sucedida do PT à presidência em 2010. Segundo Carter, militantes do MST ficaram perplexos e decepcionados com o cenário, mas também frustrados. Embora o MST continuasse liderando ocupações de terras e outras formas de desobediência civil, sua frequência e intensidade diminuíram.

⁴⁸ BRANFORD; ROCHA. **Cutting the Wire**, p.282.

⁴⁹ CARTER, Miguel. *Broken Promise: The Land Reform Debacle Under the PT Governments*. In: **Challenging Social Inequality: The Landless Rural Workers Movement and Agrarian Reform in Brazil**, p. 417. Miguel Carter, org. Durham, NC: Duke University Press, 2015.

⁵⁰ CARTER. **Broken Promise**, p. 415-416.

As políticas do PT produziram temporariamente uma economia forte. O pagamento da Bolsa Família aos brasileiros mais pobres e o congelamento do processo de estabelecimento de assentamentos de reforma agrária ajudaram a reduzir o número de pessoas dispostas a participar de ocupações. Nesse ínterim, proprietários rurais, políticos e a grande mídia trabalharam vigorosamente para voltar a opinião pública contra a reforma agrária, alegando que ela só pioraria a desigualdade e a pobreza. Eles defenderam os modelos do “agronegócio” como forma de avançar na modernização e na salvação do Brasil; isto é, como a fonte de divisas que permitiria ao país saldar inteiramente sua dívida externa. Essa narrativa girou em torno de uma representação imaginária do agronegócio que se mostrou extremamente potente.

Apesar do declínio do MST, Carter argumenta que seu apoio à agricultura em pequena escala, produção local de alimentos e métodos sustentáveis serão eventualmente reconhecidos como racionais, dada a maior consciência da ameaça representada pelas mudanças climáticas e o enorme papel da agricultura industrial no agravamento do aquecimento global. De acordo com Carter, “várias agências da ONU e o Banco Mundial (...) fizeram essencialmente os mesmos apelos do MST e da Via Campesina em apoio a uma mudança paradigmática da agricultura industrial em grande escala para agroecologia, agricultura familiar e maior soberania alimentar”⁵¹. Assim, Carter conclui com uma avaliação otimista das perspectivas do MST.

Brazil’s Long Revolution, livro de 2018 do cientista político Anthony Pahnke, é o mais recente publicado nesta historiografia. Baseia-se principalmente em suas pesquisas no Brasil de 2009 a 2011, com impressões do movimento construídas a partir de uma metodologia de observação participativa (Pahnke vem de uma família agrícola em Minnesota, onde participou do movimento de defesa de pequenos agricultores). Ele argumenta que o MST, como organização social e territorial, está engajado na “ação política revolucionária”. Este termo guarda-chuva consiste no que Pahnke chama de “contenção revolucionária” e “resistência revolucionária”⁵². Pahnke usa o exemplo do MST para argumentar que os movimentos sociais precisam ser levados a sério por seu conteúdo político, não apenas como atores da sociedade civil.

O título do livro sinaliza sua tese “revolucionária”. Mas, o conceito de uma “longa revolução” não é examinado nem explicado em contraste

⁵¹ CARTER. **Broken Promise**, p. 425.

⁵² PAHNKE. **Brazil’s Long Revolution**, p. 6.

com outro conceito encontrado no subtítulo do livro: “conquistas radicais”. Quem conhece o Brasil recordará que certas figuras históricas há muito buscam uma revolução brasileira, enquanto outras celebram a capacidade do país de evitá-la. Logo depois que líderes militares de direita se declararam revolucionários por derrubar o governo de um presidente de esquerda em 1964, um historiador conceituado – e ativista do Partido Comunista, Caio Prado Junior – publicou um livro intitulado *A Revolução Brasileira* (1966). Para Prado, uma revolução brasileira bem-sucedida teria que seguir o modelo da revolução cubana recentemente consolidada, transformando o campo através da eliminação da oligarquia rural e suas fazendas improdutivas, as relações internacionais por meio do rompimento com os Estados Unidos e a burguesia dependente das exportações por meio a construção de um mercado interno mais potente que o externo.

Sem citar os argumentos clássicos de Prado, Pahnke compara a revolução cubana às ações “revolucionárias” do MST. Ele vê paralelos entre os “longos períodos em que a transformação [foi] planejada e realizada” pelos revolucionários cubanos e a prolongada “resistência revolucionária” praticada pelo MST⁵³. Conforme Fidel Castro construiu seu movimento, por exemplo, ele fez referência a direitos sociais e políticos não cumpridos na constituição de Cuba de 1940, assim como o MST fez referência a direitos, como a “função social” da terra, conforme especificado nas constituições do Brasil de 1946 e 1988, para fundamentar sua luta pela mudança⁵⁴. Em Cuba, Castro usou a ocupação de terras como forma de resistência depois de lançar uma luta armada em 1956. Da mesma forma, argumenta Pahnke, o MST força o governo brasileiro a criar assentamentos de reforma agrária, ocupando propriedades privadas e terras públicas griladas. Como a Cuba de Castro, o MST sempre enfatizou a alfabetização e a educação nos territórios que controla. Ao prestar serviços públicos, como educação e saúde, o MST luta por políticas que tratem a população rural de forma equitativa e reconheçam a legitimidade dos acampamentos de ocupação de terras. Para compensar os serviços públicos defeituosos, o movimento oferece suas próprias formas de suporte técnico, segurança e cuidados de saúde, como Pahnke descobriu quando recebeu os primeiros socorros à base de ervas de uma equipe do MST. O autor afirma que esses paralelos mostram como a ação revolucionária se organiza “dentro, fora e por meio do Estado”⁵⁵.

⁵³ PAHNKE. *Brazil's Long Revolution*, p. 14.

⁵⁴ PAHNKE. *Brazil's Long Revolution*, p. 15.

⁵⁵ PAHNKE. *Brazil's Long Revolution*, p. 204.

Segundo documentos internos próprios, o MST é uma organização que “luta pela terra, pela reforma agrária e pelo socialismo”, mas não se identifica como um movimento revolucionário. Porém, se seus objetivos se tornassem política pública, contribuiriam muito para o tipo de revolução brasileira que Prado definiu. Uma das continuidades mais avassaladoras da história do Brasil é o domínio de grandes proprietários rurais. Eles exercem o poder desde a fundação da colônia no século XVI. O MST os visa com planos de “democratizar o acesso à terra” e outros recursos naturais. A concentração de terras no Brasil é extremamente alta, e o projeto do MST prevê a limitação do tamanho das propriedades. Eliminando o poder dessa classe e, ao mesmo tempo, liberando recursos naturais e protegendo os direitos dos trabalhadores, o programa do MST transformaria o Brasil de maneira dramática e profunda.

Conclusão

Embora a vida de milhares de indivíduos, como os antes sem-terra encontrados nos assentamentos por quase todos os autores aqui consultados, tenha mudado radicalmente, a situação fundiária no Brasil piorou desde a fundação do MST em 1984. Ainda que mais de 8.000 assentamentos de reforma agrária tenham sido criados desde aquela época e mais de um milhão de famílias tenham tido suas aspirações camponesas realizadas, a área controlada por grandes proprietários de terras e empresas corporativas, incluindo empresas estrangeiras, cresceu ainda mais. Esses resultados aparentemente contraditórios são produtos da expansão da fronteira agrícola do Brasil. Isso quer dizer que durante os últimos 50 anos, milhões de hectares de terras não desenvolvidas entraram em produção, a maior parte caindo nas mãos de grandes empresas agrícolas e pecuárias convencionais, em vez de movimentos sociais como o MST. Nesse ínterim, a maioria dos assentamentos de reforma agrária localizava-se em terras públicas, o que quase não representava nenhuma ameaça à classe dos proprietários. Por essas razões, mesmo os militantes do MST provavelmente se sentiriam confusos com o argumento central de Pahnke sobre a resistência revolucionária do MST. Diante da virada autoritária consolidada pela esmagadora vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, os líderes do MST acreditam que o Brasil retrocedeu pelo menos uma geração com tanta legislação regressiva aprovada e implementada pelos líderes reacionários dos ministérios do governo.

A reação veemente da mídia brasileira ao apoio simbólico de Lula ao MST em 2003 refletiu as preocupações da classe dominante sobre ameaças potenciais tanto quanto as atuais. Passados quase 40 anos, o MST passou a fazer parte do cenário sociopolítico brasileiro. A oposição a ele continua grande, mas sua resiliência se mostrou mais forte. Poucos podem duvidar de que a organização veio para ficar. É inquestionável que o movimento transformou a vida de centenas de milhares de brasileiros, capacitando-os a se erguer com confortos e esperanças há muito enterrados no lodo do desenvolvimento capitalista selvagem. Entretanto, há motivos para questionar o que é o MST agora e o que ele se tornará a curto e longo prazo. Sua relação com o governo Lula tendeu a consolidar seu papel como agência de serviço social da população rural pobre e dos pequenos agricultores. Apesar de suas divergências, os autores das obras aqui consideradas certamente concordariam com a narrativa de Mészáros ao determinar que as mudanças progressivas “só se tornarão reais na medida em que os trabalhadores rurais lutarem para torná-las”⁵⁶.

⁵⁶ MÉSZÁROS. *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform*, p. 188.